



São Martinho Terras Agrícolas Ltda.

(anteriormente denominada São Martinho Terras Agrícolas S.A.)

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026
e relatório dos auditores independente





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

São Martinho Terras Agrícolas Ltda. (anteriormente denominada **São Martinho Terras Agrícolas S.A.**)

Pradópolis - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Martinho Terras Agrícolas Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho Terras Agrícolas Ltda. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de maio de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido.....	5
Demonstração do fluxo de caixa (método indireto)	6
1. Contexto operacional	7
2. Resumo políticas contábeis materiais	8
3. Principais usos de estimativas e julgamentos	13
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	13
5. Partes relacionadas	14
6. Imobilizado	15
7. Intangível	16
8. Fornecedores	16
9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16
10. Provisão para contingências	17
11. Patrimônio líquido	18
12. Compromissos	19
13. Receitas	20
14. Despesas por natureza	20
15. Resultado financeiro	20

Balanço patrimonial

Em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2026	2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2026	2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	Fornecedores	8	2.094	2.361
Aplicações financeiras	4	20.045	22.183	Tributos a recolher		29	127
Contas a receber	5	4.107	6.988	Adiantamentos de clientes		92	-
Imposto de renda e contribuição social	9	839	-	Imposto de renda e contribuição social	9	-	265
				TOTAL DO CIRCULANTE		2.215	2.753
TOTAL DO CIRCULANTE		24.992	29.172	NÃO CIRCULANTE			
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	213.021	349.142
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		213.021	349.142
Imobilizado	6	694.243	1.126.665				
Intangível	7	4.076	4.076	TOTAL DO PASSIVO		215.236	351.895
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		698.319	1.130.741	Patrimônio líquido	11		
				Capital social		64.119	95.898
				Ajustes de avaliação patrimonial		413.511	677.936
				Reserva de Lucros		30.445	34.184
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		508.075	808.018
TOTAL DO ATIVO		723.311	1.159.913	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		723.311	1.159.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota	2026	2025
Receitas	13	67.683	74.714
Lucro bruto		67.683	74.714
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(5.471)	(5.328)
Lucro operacional		62.212	69.386
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		3.181	5.424
Despesas financeiras		(252)	-
		2.929	5.424
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		65.141	74.810
Imposto de renda e contribuição social	9		
Correntes		(21.779)	(4.904)
Diferidos		(97)	98
Lucro líquido do exercício		43.265	70.004

comentário

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	43.265	70.004
Resultado abrangente do exercício	43.265	70.004

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

			Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros			
	Nota	Capital social	Deemed Cost	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2024		95.898	677.936	19.180	62.733	-	855.747
Dividendos complementares distribuídos	11 (d)	-	-	-	(62.733)	-	(62.733)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	70.004	70.004
Destinação do lucro líquido:							
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	11 (d)	-	-	-	-	(17.501)	(17.501)
Antecipação de dividendos	11 (d)	-	-	-	-	(37.499)	(37.499)
Lucro à disposição da assembleia		-	-	-	15.004	(15.004)	-
Em 31 de março de 2025		95.898	677.936	19.180	15.004	-	808.018
Dividendos complementares distribuídos	11 (d)	-	-	-	(34.184)	-	(34.184)
Redução de capital	11 (a)	(31.779)	(264.425)	-	-	-	(296.204)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	43.265	43.265
Transferência entre reservas	11 (b)	-	-	(19.180)	19.180	-	-
Destinação do lucro líquido:							
Antecipação de dividendos	11 (d)	-	-	-	-	(12.820)	(12.820)
Constituição de reservas		-	-	-	30.445	(30.445)	-
Em 31 de março de 2026		64.119	413.511	-	30.445	-	508.075

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	43.265	70.004
Ajustes		
Juros e variações monetárias líquidas	(3.226)	(5.450)
Imposto de renda e contribuição social	21.876	4.806
	<u>61.915</u>	<u>69.360</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	2.882	14.042
Tributos a recuperar	(790)	21
Fornecedores	(272)	(1.961)
Tributos a recolher	168	(1.141)
Adiantamentos de Clientes	92	-
Caixa proveniente das operações	<u>63.995</u>	<u>80.321</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(22.310)</u>	<u>(6.544)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>41.685</u>	<u>73.777</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos (resgates) em aplicações financeiras	<u>5.319</u>	<u>43.956</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	<u>5.319</u>	<u>43.956</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	<u>(47.004)</u>	<u>(117.733)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(47.004)</u>	<u>(117.733)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>1</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>1</u></u>	<u><u>1</u></u>
<u>Informações adicionais</u>		
Saldo em aplicações financeiras	<u>20.045</u>	<u>22.183</u>
Total de recursos disponíveis	<u>20.046</u>	<u>22.184</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A São Martinho Terras Agrícolas Ltda, anteriormente denominada São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("Empresa"), foi constituída em 17 de fevereiro de 2016, está sediada na Fazenda São Martinho s/nº, rodovia SP 253 KM 203, estado de São Paulo, e tem como atividade a exploração da atividade agrícola através de contratos de parcerias e arrendamentos.

A Empresa é subsidiária integral da São Martinho S.A. ("SM").

A Empresa deliberou em 29 de setembro de 2025, em assembleia de acionistas, a transformação de seu tipo societário, passando de Sociedade Anônima (S.A.) para Sociedade Limitada Unipessoal nos termos do art. 220 da lei nº 6.404/76.

Em decorrência dessa transformação, a entidade deixou de se submeter integralmente ao regime jurídico das sociedades por ações, passando a observar as normas aplicáveis às sociedades limitadas, previstas no Código Civil. Como consequência, foram realizados ajustes contábeis para adequação ao novo tipo societário, incluindo a reversão da Reserva Legal, cujo saldo foi transferido para Lucros Acumulados,

A emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2026 foi aprovada pela assembleia dos acionistas da Empresa em 29 de maio de 2026.

Conflito Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Empresa. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da empresa.

Variações Climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Empresa, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente podendo afetar as receitas.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais.

2. Resumo políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Empresa estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2026.

• **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Empresa, a partir de 1º de abril de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Atualmente, a Empresa está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

- **IFRS S1 e S2 – Divulgação de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade e ao Clima:** O IFRS S1 e S2 (CBPS 1 e CBPS2) são normas que estabelecem requerimentos para divulgações complementares à demonstração financeira acerca de temas relacionadas à Sustentabilidade e ao Clima, passando a exigir que seja incorporado um relato integrado, baseando-se em quatro pilares: a) Governança; b) Estratégias; c) Gestão de riscos e; d) Métricas e metas. A partir destes pilares, a Empresa deverá avaliar e divulgar os riscos e oportunidades que possam impactar o desempenho operacional ou fluxos de caixa futuros. Estas informações devem ser consistentes com as premissas econômicas e financeiras utilizadas pela Administração na elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração vem acompanhando as evoluções sobre o tema no mercado e criou um grupo de trabalho que avalia os impactos significativos destas normas nas demonstrações financeiras, com vigência a partir dos relatórios anuais de 1º de janeiro de 2027, no caso da Empresa, a partir de 1º de abril de 2027.

A Administração entende a importância da aplicação dessas normas e conclui que elas contribuem para o fortalecimento da transparência, governança e qualidade das informações oferecidas aos investidores, credores e demais *stakeholders*.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras incluem investimentos que, por motivos contratuais ou outras questões do negócio, permanecem ou não com sua movimentação restrita. Caso a Administração tenha expectativa de que o evento restritivo ocorra em menos de 12 meses, a parcela relacionada é classificada para o ativo circulante. Caso contrário, o valor é mantido no ativo não circulante. As aplicações financeiras que não possuem cláusulas restritivas de movimentação são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.6 Tributos diferidos e correntes

Conforme facultado pela legislação fiscal, a Empresa optou por apurar os tributos correntes pelo regime de "Lucro presumido" a partir do período de 1º de janeiro de 2026.

Durante o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, a Empresa apurou os tributos correntes pelo regime "Lucro real".

Para o período de 1º de janeiro de 2026 a 31 de março de 2026, as despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em observância às disposições introduzidas pela Lei Complementar nº 224/2025, a Empresa considera, na determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL pelo lucro presumido, o aumento dos percentuais de presunção estabelecido para pessoas jurídicas cuja receita bruta anual exceda R\$ 5.000, mantidas as demais condições para permanência no regime de lucro presumido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre o *deemed cost* das terras e sua realização ocorrerá quando alienadas.

2.7 Intangível

Ativos intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

2.8 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável (*impairment*). Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.10 Reconhecimento de receita e apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos contratos de arrendamentos e dos contratos de parcerias agrícolas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos abatimentos e dos descontos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Segundo avaliação da administração, baseada nas características das operações da Empresa, não existem estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social da Empresa.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2026	2025
Caixa e bancos	1	1
Total de caixa e equivalentes de caixa	1	1
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (i)	20.045	22.183
Total de aplicações financeiras	20.045	22.183

- (i) Fundo de investimento com rentabilidade média anual de 100,8% do CDI (em 31 de março de 2025 101,6%). Os fundos de investimento exclusivos Sugar Cane I, II e III são fundos de renda fixa crédito privado referenciados DI, geridos pela Bradesco Asset Management, Itaú Unibanco Asset Management e BTG Pactual Asset Management respectivamente e administrados pelo Banco Bradesco, Itaú Unibanco e BTG Pactual Serviços Financeiros respectivamente. Estes fundos foram constituídos com o propósito exclusivo de participação da Empresa. As demais obrigações relacionadas ao fundo são principalmente as taxas administrativas para manutenção da carteira. Os rendimentos reconhecidos refletem as marcações diárias nas posições dos fundos e os ativos possuem liquidez em mercado secundário, sendo o valor da cota composto por: títulos públicos em 56% (2025 - 64%), letras financeiras em 29% (2025 - 19%) e demais títulos privados em 15% (2025 - 17%).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Partes relacionadas

a) Saldos

	Nota	2026	2025
Ativo circulante			
Contas a Receber			
São Martinho S.A.		4.107	6.988
		4.107	6.988
Passivo circulante			
Fornecedores			
São Martinho S.A.		29	9
		29	9

b) Transações no exercício

	Nota	2026	2025
São Martinho S.A.			
Receita com parceria agrícola	13	67.635	75.307
Despesas administrativas rateadas	14	(73)	(46)
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.			
Receita com arrendamento	13	1.473	1.060

As transações referem-se a contratos de parceria e arrendamento e rateio de serviços compartilhados com a São Martinho S.A. em condições pactuadas entre as partes.

A Empresa mantém relacionamento com sua controladora, São Martinho S/A, que, além do vínculo societário, atua como principal cliente dentro das operações essenciais da Empresa, conforme estabelecido em contratos comerciais firmados entre as partes.

Essa relação configura grau relevante de dependência operacional, uma vez que as operações da Empresa, especialmente aquelas relacionadas às atividades agrícolas, estão diretamente atreladas aos contratos de parceria agrícola com a São Martinho SA.

As transações com a São Martinho SA são formalizadas por meio de contratos com cláusulas e condições alinhadas às práticas de mercado, sendo objeto de monitoramento constante por parte da Administração, com foco na gestão de riscos operacionais e na sustentabilidade do negócio.

A Empresa analisa de forma sistemática o cumprimento das obrigações contratuais, bem como a estabilidade financeira e operacional da controladora, com o objetivo de mitigar eventuais riscos associados à concentração de fornecimento em uma única parte.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os preços praticados estão de acordo com o mercado, sendo revisados periodicamente e aprovados pela administração.

c) Remuneração dos Administradores

A alta administração da São Martinho atua em nível corporativo e sua remuneração não gerou despesas para a Empresa.

6. Imobilizado

O saldo de imobilizado é composto por terras no montante de R\$ 694.243 (em 31 de março de 2025 R\$ 1.126.665), com valores residuais de R\$ 99.489 de custo histórico e R\$ 594.754 referente a *deemed cost*.

	Terras
Saldos em 31 de março de 2024	1.126.665
Saldos em 31 de março de 2025	1.126.665
Custo histórico	99.489
Deemed-cost	1.027.176
Saldos em 31 de março de 2025	1.126.665
Baixas (i)	(432.422)
Saldos em 31 de março de 2026	694.243
Valores residuais :	
Custo histórico	99.489
Deemed-cost	594.754
	694.243

- (i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2025, foi aprovada a transferência de terras e redução do capital social da Empresa no montante de R\$ 31.779, com a respectiva reserva de reavaliação líquida dos tributos diferidos no montante de R\$ 264.425, para a SM. O acervo líquido estava composto conforme a seguir:

	Nota	SMTA
ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO		
Terra nua		31.779
Terra nua - Reavaliação/Deemed Cost		400.643
		432.422
PASSIVO NÃO CIRCULANTE - TRIBUTOS DIFERIDOS		
IRPJ e CSLL diferidos		(136.218)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - AAP, LÍQUIDO DE TRIBUTOS DIFERIDOS		
Deemed cost própria	10 (c)	(264.425)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores justos dos ativos imobilizados, mensurados por profissionais qualificados, foram estimados com base em valor de mercado e totalizam R\$ 2,37 bilhões nas demonstrações financeiras atuais.

7. Intangível

O saldo de intangível refere-se a direito de servidão ambiental adquirido com a finalidade de promover a compensação de déficit de reserva legal em propriedades rurais.

8. Fornecedores

	2026	2025
Aquisição de direito florestal (i)	2.065	2.065
Serviços e outros	29	296
	2.094	2.361

- (i) Valores relacionadas a aquisição de direitos de uso florestal perpétuos. A liquidação está condicionada a liberação das áreas, com as devidas escrituras registradas em cartório.

Dos totais a pagar para fornecedores, R\$ 29 (comparado a R\$ 9 em 31 de março de 2025) refere-se a Controladora SM, conforme nota 5.

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Para o exercício das demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2026, a Empresa optou pela tributação do imposto de renda e contribuição social pelo lucro presumido.

a) Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social correntes

	2026	2025
No ativo circulante		
. Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	839	-
No passivo circulante - Débitos correntes		
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	265

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	2025	Reconhecido no resultado	IR/CS - Ativos redução de capital SMTA	2026
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	349.142	(97)	(136.218)	213.021
Total do IR e CS passivo diferido	349.142		(136.218)	213.021

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social corrente

	2026	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição Alíquota	65.141 25%	65.141 9%
	(16.285)	(5.863)
Outras adições (exclusões)	(165)	(59)
Incentivos fiscais	544	196
IRPJ e CSLL apurados pelo lucro real	(15.750)	(5.943)
IRPJ e CSLL apurados pelo lucro presumido	(133)	(50)
	(15.883)	(5.993)
Total IRPJ e CSLL	(21.876)	
IRPJ e CSLL correntes		(21.779)
IRPJ e CSLL diferidos		(97)
		(21.876)

	2025	
	IRPJ	CSLL
Receita Parceria agrícola	75.307	75.307
Presunção	8%	12%
Receita Arrendamentos	1.060	1.060
Presunção	32%	32%
	6.364	9.376
Receitas financeiras	5.424	5.424
Base tributação	11.788	14.800
Alíquota tributo	25%	9%
	(2.947)	(1.332)
Efeito do adicional do IRPJ	(527)	
	(3.474)	(1.332)
Total IRPJ e CSLL	(4.806)	
IRPJ e CSLL correntes		(4.904)
IRPJ e CSLL diferidos		98
		(4.806)

10. Provisão para contingências

A Empresa é parte em processos de naturezas tributária, com base na posição dos advogados, têm risco de perda classificado como possível (passivo contingente) e, portanto, não registrado contabilmente no montante de R\$ 593 (em 31 de março de 2025 R\$ 266).

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2026, o capital social é de R\$ 64.119 (em 31 de março de 2025 R\$ 95.898), representado por 64.118.570 quotas, sem valor nominal, conforme detalhado na nota 10 (c).

Conforme aprovação da Administração, em 29 de setembro de 2025, foi realizada a redução do capital social da empresa no montante de R\$ 31.779, com cancelamento de 31.778.994 quotas, em razão da transferência de terras citada na Nota 6.

b) Reserva legal

A reserva legal foi constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

No exercício de 2026, em decorrência da transformação societária para Sociedade Limitada Unipessoal, a Empresa deixou de se submeter à obrigatoriedade de constituição de reserva legal, aplicável às sociedades por ações, transferindo assim o montante de R\$ 19.180 provenientes da reserva legal para a reserva de retenção de lucros.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

• Deemed cost

Corresponde a mais valia de custo atribuído de Terras. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

Conforme mencionado na nota 6, em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2025, foi aprovada a redução do capital social da empresa no montante de R\$ 31.779, com a respectiva reserva de reavaliação líquida dos tributos diferidos no montante de R\$ 264.425.

d) Dividendos

Para o exercício findo em 31 de março de 2026, a Empresa passou a ser constituída sob a forma de Sociedade Limitada Unipessoal, não estando, portanto, sujeita à apuração e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de março de 2025, foi assegurado aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	43.265	70.004
Alíquota de dividendos mínimos obrigatórios	0%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	-	(17.501)
Dividendos adicionais pagos	(12.820)	(37.499)
Total de dividendos antecipados	(12.820)	(55.000)

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 a Empresa aprovou o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 34.184 (em 31 de março de 2025 R\$ 62.733), sendo R\$ 15.004 referente ao encerramento do exercício de 31 de março de 2025 e R\$ 19.180 referente a transferência de reservas.

Em Assembleia Geral extraordinária foi aprovado o pagamento de lucros no valor de R\$ 12.820 relativos à antecipação de lucros do exercício social em curso (em 31 de março de 2025 R\$ 37.499).

12. Compromissos

A Empresa estabelece compromissos no curso normal de suas atividades. O compromisso abaixo merece destaque nas demonstrações financeiras atuais:

Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

A Empresa possui áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou enriquecimento, correspondente a matas ciliares e reserva legal, destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas, observando estritamente as disposições do Código Florestal em relação à preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

A Empresa já providenciou a inscrição de seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aderirá ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Eventuais investimentos para regularização ambiental, a forma que os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação e demais atividades para regularização ambiental, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Receitas

	2026	2025
Receita bruta de vendas		
Parceria agrícola (Nota 5b)	67.635	75.307
Arrendamentos (Nota 5b)	1.473	1.060
	69.108	76.367
Impostos e deduções sobre as receitas	(1.425)	(1.653)
	67.683	74.714

14. Despesas por natureza

	2026	2025
ITR (Imposto Territorial Rural)	(3.735)	(3.490)
Georreferenciamento (i)	(803)	(1.125)
Correios e cartórios	(127)	(376)
Serviços de terceiros	(153)	(74)
Despesas administrativas rateadas (Nota 5b)	(73)	(46)
Outras despesas	(580)	(217)
	(5.471)	(5.328)
<u>Classificadas como:</u>		
Despesas gerais e administrativas	(5.471)	(5.328)
	(5.471)	(5.328)

(i) Regularização fundiária de imóveis rurais.

15. Resultado financeiro

	2026	2025
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	3.181	5.403
Outras receitas financeiras	-	21
	3.181	5.424
Despesas financeiras		
Outras despesas	(252)	-
	(252)	-
Resultado financeiro	2.929	5.424

* * *